

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P./Administração da Região Hidrográfica do Algarve (APA/ARH Algarve)
 Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM)
 Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
 Capitania do Porto de VRSTº António
 Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR)

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP)
 Direção Regional de Cultura do Algarve (DRC)
 Direção de Serviços da Região do Algarve do Ministério da Educação e da Ciência (DSR Algarve Educação)
 Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR)
 Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
 Direção-Geral do Território
 DOCAPESCA, Portos e Lotas
 Polícia de Segurança Pública (PSP)
 IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., Infraestruturas de Portugal, S. A. — Gestão Regional de Beja e Faro
 Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF)
 Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P. (IMT)
 Instituto Nacional da Aviação Civil, I. P. (INAC)
 Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. (IPDJ)
 Instituto da Segurança Social, IP (ISS) — Centro Distrital de Faro
 Turismo de Portugal, I. P. (TP)

(o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P., não consta da lista uma vez que informou pelo of. nº 627981, de 2.12.2015 que por racionalização de recursos não participa nas CC de revisão dos PDM).

3 — Representantes da respetiva Assembleia Municipal e das Câmaras Municipais dos municípios vizinhos (alíneas *d*) e *e*), n.º 1, do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro):

Assembleia Municipal de Vila Real Santo António (AM de VRStº António)
 Câmara Municipal de Castro Marim (CMCM)
 Câmara Municipal de Tavira (CMT)

4 — Representantes dos serviços e entidades que administrem áreas de jurisdição especial, exerçam poderes sobre zonas do território sujeitas a restrições de utilidade pública ou tutelem atividades exercidas por entidades privadas em regime de concessão ou equiparável (alínea *f*), n.º 1, do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro):

Águas do Algarve, S. A. (AdA)
 ALGAR, Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A. (ALGAR)
 Eletricidade de Portugal, S. A. (EDP)
 Portugal Telecom, S. A. (PT)
 REN — Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A. (REN)

26 de janeiro de 2016. — A Diretora de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, *Ana Lúcia Guerreiro*.

209330199

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS, AMBIENTE, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente
 e do Ordenamento do Território

Louvor n.º 15/2016

No momento em que Fernando Manuel Lopes Nunes, Inspetor que integra o mapa de pessoal da IGAMAOT, cessa funções por aposentação, é-lhe inteiramente devido público louvor e reconhecimento pela dedicação e mérito com que desempenhou as suas funções ao serviço da Administração Pública.

Realizou o seu trabalho com uma forte dedicação à Instituição, tendo demonstrado sempre uma notável competência e profissionalismo e uma forte consciência ética e cívica. A excelência do seu desempenho ficou bem patente na elevada qualidade das auditorias e outros trabalhos que desenvolveu.

Tendo presente as diferentes funções que desempenhou no quadro do exercício das atribuições e competências do Estado, cumpre realçar o importante contributo prestado pelo Inspetor na administração pública portuguesa.

26 de janeiro de 2016. — O Inspetor-Geral da IGAMAOT, *Nuno Miguel Soares Banza*.

209314403

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Camões — Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.

Despacho n.º 2028/2016

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro, e no ponto 3.º da Portaria n.º 1191/2010, de 19 de novembro, em situações devidamente fundamentadas podem ser designados adjuntos de coordenação do ensino português no estrangeiro:

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º, no n.º 1 do artigo 15.º e no n.º 3 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, com a redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 234/2012, de 30 de outubro, com o artigo 6.º do RIA, determino o seguinte:

1 — É renovada a comissão de serviço para exercer as funções de adjunta da coordenação do ensino português no estrangeiro na estrutura de coordenação do Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos, da Licenciada Carina Sofia Gonçalves Lopes Brito Gaspar, por um período de três anos, atentos os objetivos e as metas fixadas para a estrutura de coordenação, tendo como referência as orientações estratégicas do Camões, I. P.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2015.

21 de janeiro de 2016. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Prof.ª Doutora Ana Paula Laborinho*.

209312687

Secretaria-Geral

Despacho (extrato) n.º 2029/2016

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13 de janeiro de 2016, nos termos e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 31.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, e 68/2013, de 29 de agosto, foi autorizada a opção pelo vencimento da carreira de origem do Embaixador Francisco António Duarte Lopes, pertencente ao mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — carreira diplomática a exercer em regime de comissão de serviço, o cargo de Diretor-Geral de Política Externa, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, conforme Despacho n.º 8756/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 8 de julho.

2 — O referido despacho produz efeitos a 1 de janeiro de 2016.

28 de janeiro de 2016. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

209312679

Despacho (extrato) n.º 2030/2016

1 — Por despacho do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13 de janeiro de 2016, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 5.º e do artigo 44.º, ambos do Decreto-Lei n.º 40-A/98, de 27 de fevereiro, bem como da alínea *j*) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de outubro, mantida em vigor por força do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, foi determinado que o Segundo-Secretário de Embaixada Nuno Miguel Bernardes Coelho Santos Félix, pertencente ao mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros — carreira diplomática, colocado na Embaixada de Portugal em São Tomé, pelo Despacho (extrato) n.º 6120/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de maio, seja transferido para os serviços internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O referido despacho produz efeitos a 3 de dezembro de 2015.

28 de janeiro de 2016. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

209312735